

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**WELLINGTON SANTANA MORAES DE SA**

**A PRESENÇA DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO  
DE  
HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA  
PRIMEIRA ANÁLISE**

**São Gonçalo**

**2010**

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

S111 Sá, Wellington Santana Moraes de.  
A presença do negro no livro didático de história do ensino fundamental :  
uma primeira análise / Wellington Santana Moraes de Sá. – 2010.  
31 f.

Orientadora : Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mariza de Paula Assis.  
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado do Rio  
de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Livros didáticos - Avaliação. 2. História – Estudo e ensino. I. Assis,  
Mariza de Paula. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de  
Formação de Professores, Departamento de Educação.

CDU 371.671.1

**WELLINGTON SANTANA MORAES DE SA**

**A PRESENÇA DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE  
HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA PRIMEIRA  
ANÁLISE**

**Monografia apresenta como exigência  
parcial para a obtenção do grau de  
pedagogo e suas habilitações do  
Curso de Pedagogia da Faculdade de  
Formação de Professores da  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ms. Mariza de Paula Assis**

**São Gonçalo**

**2010**

**A PRESENÇA DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA  
DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA PRIMEIRA ANÁLISE**

**Monografia**

**Aprovado em \_\_\_\_\_**

**Banca Examinadora**

**Mariza de Paula Assis - Orientadora**

**Prof<sup>a</sup> Vera Pereira Muniz - Parecerista**

## **RESUMO**

O atual trabalho possui como objetivo analisar e discutir qualquer aparição do negro no livro didático de história de 4° e do 5° ano do município de São Gonçalo e desta forma estabelecer um diálogo do que propõe a lei 10.639/03 com os livros didáticos de história. O objetivo é verificar se esta sendo seguido e respeitado o que a lei propõe.

## **PALAVRAS CHAVES**

Lei 10639/ 03, Livro didático de História e Educação Étnico racial

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este estudo a população negra do nosso país. Todo o meu respeito e admiração. E a meu filho que com a concretização deste trabalho eu possa proporcionar a mim e a ele um brilhante futuro intelectual, de valorização e de reconhecimento de nossa cultura.

## **AGRADECIMENTOS**

- Agradeço à Deus pelas bênçãos e oportunidades.

- Aos meus pais por terem me ensinado coisas boas da vida e de respeitar o próximo para atingir meus objetivos.

- Aos meus irmãos, familiares e amigos por terem me influenciado diretamente e indiretamente na conclusão deste trabalho através de discussões, viagens e explicações.

- A minha professora e orientadora Mariza de Paula Assis, por compartilhar os seus conhecimentos e pela paciência nas explicações.

- Aos meus colegas que acompanharam as minhas angústias e lutas e com elas foram solidários, rindo de alegria quando era para rir e chorando de tristeza quando era para chorar.

- Aos amigos que fiz nesta trajetória e os que estiveram comigo quando iniciei nesta faculdade.

- A todos os professores e demais funcionários da UERJ - FFP, que acompanharam a minhas vitórias e derrotas e com eles muito aprendi.

Agradeço a todos, até as pessoas que por acaso não foram citadas, o meu muito obrigado.

## **Sumário**

**A presença do negro no livro didático de História do ensino fundamental: uma primeira análise**

**1 – Introdução**

**2 – A Lei 10639/2003: um breve histórico e seus conceitos**

**3 – Breve histórico do livro didático e o livro didático de História**

**4 – A análise dos livros e seus atores**

**5 – Conclusão**



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade analisar a imagem do negro<sup>1</sup> no livro didático de história após a promulgação da Lei 10.639/03, que obriga as escolas do ensino médio e fundamental a ensinar a História da Cultura Afro-brasileira e Africana. Tal legislação pensa bem mais que a inclusão de novos conteúdos, mas também nos induz e nos orienta a pensar as relações étnicas / raciais, sociais, pedagógicas, novos procedimentos de ensino, condições outras para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecidas pelas escolas. A lei transversaliza, ou deveria transversalizar, o conteúdo por todas as disciplinas do currículo escolar, em particular na educação artística, literatura e história do Brasil.

Meu interesse por esta temática seu deu, quando na aula de Educação de Jovens e Adultos, na FFP/UERJ curso de pedagogia, onde a docente responsável pela disciplina apresentou a LEI 10639/2009, fazendo uma discussão sobre a situação do negro na sociedade brasileira e como estava sendo feito o combate a discriminação racial na sociedade brasileira. Nesta apresentação a professora nos mostrou que é bem mais que uma lei ou uma reunião de programas, é uma conquista que articula as competências e experiências desenvolvidas, tanto pelos sistemas formais de ensino como pelas práticas de organizações sociais, em instrumentos de promoção da cidadania, da valorização da diversidade e de apoio às populações que vivem em situações de vulnerabilidade social.

A disciplina de história do Brasil trabalhada nas salas de aula possui conteúdos eurocêntricos, discriminatórios, invisibilizadores e tendenciosos, que

---

<sup>1</sup> O termo negro geralmente se refere à classificação étnica ou racial de grupos humanos baseando – se na cor de sua pele, também são usados para classificar diversas populações, juntamente baseadas em relações ancestrais históricas e pré-históricas. Algumas definições do termo, relativamente recentes, incluem apenas as pessoas que descendem de povos da África. Outras definições do termo "negro" estendem-se a qualquer população caracterizada por pele escura. Ciência das raças e a Raça negra: invenção do “ser negro”. P.53, 54, 55, 56, 57,58.

influenciam diretamente na formação da identidade dos alunos em textos verbais, não / verbais, em gestos e, pela dificuldade de trabalho, até a omissão de muitos professores.

Segundo Malek Chebel,

“a identidade é uma estrutura subjetiva marcada por uma representação do “eu” oriundo da interação entre o indivíduo, os outros e o meio. É, ao mesmo tempo, um estado da pessoa, em um dado momento da sua existência, no qual uma das vertentes, negativa ou positiva, pode predominar, sendo que a harmonia está sempre em projeto. Ao longo da existência, acrescenta ele, a identificação do indivíduo aos ideais que lhe são propostos constitui o elemento dominante de uma marca que é, ao mesmo tempo, subjetiva e objetiva. Dessa forma, a identidade remete a um estado, uma estrutura ou uma disposição caracterizada e definível externamente à referência temporal.” (Chebel,ano 1986, Apud, D’adesky, ano2001,p.40)<sup>2</sup>

Ou seja,

“a identidade implica um processo constante de identificação do “eu” ao redor do outro e do outro em relação ao “eu”. O olhar sobre o outro faz aparecer as diferenças e, por estas, a consciência de uma identidade.” (ibdem, ano 2001, p. 40).

O ambiente escolar é uma das instituições formadoras de opinião que está repleto de identidades diversas, uma forma de micro sociedade com uma diversidade étnica e cultural enorme, tendo este ambiente o compromisso de formar indivíduos íntegros, com valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças. É neste aspecto que os movimentos sociais, principalmente o movimento negro, possuem como tarefa, além da denúncia, a reinterpretação da realidade social e racial brasileira e a reeducação da população e do meio acadêmico.

O livro didático é também uma ferramenta portadora de conceito, ideologia e conteúdos formadores de opinião, podendo transmitir as idéias, intenções e desejos que seus autores querem propagar, sendo que, em muitos casos, é o único acesso à leitura de alguns alunos. Sendo assim, os livros didáticos contribuem na formação dos alunos e de sua identidade, formação esta em contínua construção.

Segundo Silva,

“as representações observadas no cotidiano das crianças constituem - se no seu senso comum, elaborado a partir de imagens, crenças, mitos e ideologias, vindo a formar, então, identidade cultural.” (Wattthier, ano2007p. 3 / Apud , Silva,ano2002).

---

<sup>2</sup> CHEBEL, Malek. La For Formation de l ' Identité Politique. Paris: Puf, 1986.

Deste modo pretendemos mostrar como a imagem do negro se cria no imaginário da criança, bem como o livro pode influenciar na elaboração de conceitos e mostrar como essa nova lei pode nos ajudar a combater o racismo em contraposição ao mito da democracia racial vigente em nosso país.

A monografia está estruturada em três momentos. Inicialmente uma análise dos pressupostos e justificativa da criação da Lei 10639/03 e suas diretrizes e seus conceitos fundamentais; No segundo momento, uma breve reflexão sobre o histórico do livro didático; Em sequência empreenderemos uma análise sobre o livro didático de História para após apresentarmos uma análise qualitativa da presença do negro em dois livros didáticos de História utilizados nos quartos e quintos anos da rede Municipal de São Gonçalo.

## **A Lei 10639/2003: um breve histórico e seus conceitos**

O negro na sociedade brasileira sofre discriminação<sup>3</sup> desde a colônia, permanecendo no império e na república, consolidando - se até os dias atuais. Antes possuíam decretos de lei que cerceavam o direito dos negros de se evoluírem educacionalmente como:

"Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade dos professores. o decreto nº 7.031 - A, de 6 setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno."( Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro - Brasileira e Africana, ano 2005, p. 07).

---

<sup>3</sup> É a atitude de distinguir, separar, tendo por base idéias preconceituosas. Vera Neuza Lopes, Racismo, Preconceito e Discriminação, p.188.

Já nos dias atuais o preconceito<sup>4</sup> e o racismo<sup>5</sup> são mascarados pela democracia racial<sup>6</sup>, apresenta os negros como desvalorizados de forma implícita em imagens, aparições sem importância na mídia ou associada a algo de ruim. Com base em estudos foi analisado que a população negra em diversos aspectos sofre desigualdades em detrimento aos não negros como: menor tempo de estudos, a diferença na taxa de analfabetismo, as crianças negras no mercado de trabalho é maior do que as não negras, a taxa de mortalidade também é maior por parte da população negra. Esses dados reforçam e respaldam o que o Movimento negro vem, ao longo do século XX lutando, que é reparar as desigualdades e valorizar a cultura afro - brasileira.

O livro didático, segundo o Movimento, é uma forte ferramenta transmissora de ideologia, saberes, crenças e valores seja ela para a raça<sup>7</sup> negra ou não negra.

Neste contexto o movimento negro luta contra as desigualdades e a discriminação sofrida e conquistou junto ao governo a reparação dos "erros" cometidos no passado através da lei sancionada:

"Em março de 2003, a lei n ° 10.639/03, que altera a LDB (Lei Diretrizes e Bases) e estabelece as diretrizes curriculares para a implementação da mesma. A 10.639 institui a obrigatoriedade do Ensino da História da África e dos Africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção

---

<sup>4</sup> É um pré conceito, ou seja, um julgamento prévio de algo que não se tem um conhecimento suficiente que fundamenta a sua conceituação, em outras palavras, preconceito – opinião adotada sem exame, somente imposta pelo meio. O preconceito racial se refere, especificamente, a um julgamento negativo, previamente concebido de um grupo racial.

<sup>5</sup> É a manifestação ideológica do conceito científico de raça para justificar e confirmar a suposta superioridade cultural de uma raça.

<sup>6</sup> Ideário difundido de que brancos, negros e mestiços se relacionam harmonicamente e todos os brasileiros, em geral, possam gozar / usufruir de oportunidades semelhantes.

<sup>7</sup> É um conceito carregado de ideologia, pois, assim como todas as ideologias, esconde uma coisa não – proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, Isto é, natural, é de fato uma categoria etnossemântica. De outro, modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. O que existem são as raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares. Ou seja, justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão.

e formação da sociedade brasileira." (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro - Brasileira e Africana, ano 2005, p. 08)

Criou - se ainda a SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) que "instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial." ( Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro - Brasileira e Africana, ano 2005, pg 08). Com isso, colocou - se em evidência em nível nacional o debate sobre a questão do negro com objetivo de transversalizar o assunto nos vários meios e democratizar as relações dialogando com os Estados, os Municípios e as instituições privadas e não governamentais a situação de preconceito e discriminação secular vivida pelo negro, ou seja, o objetivo da SEPPIR é:

"Estabelecer parcerias para o cumprimento desse desafio, que é, de uma vez por todas, combater o racismo e promover a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos étnicos que compõe a rica nação brasileira" (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro - Brasileiro e Africana, ano 2005, p. 08)

O parecer que se destina a valorizar a história e cultura afro - brasileira foi pensado não somente, porém, exclusivamente para todos os colaboradores que possuem algum objetivo de estudo sobre a cultura negra. Este pensamento começa com os alunos com o objetivo de pensar em uma sociedade mais justa e democrática, perpassando por todos envolvidos com a questão negra e educacional até chegar a todos os responsáveis pelos os estabelecimentos de ensino.

Este pensamento tem como objetivo fazer com que toda a população brasileira, composta de suas diversas etnias, possam se reconhecer e reconhecerem, se valorizar e valorizarem respeitando a diversidade do povo brasileiro através do (re) conhecimento e da (re) educação.

Não restam dúvidas de que mesmo existindo sérias barreiras à cultura negra na sociedade e principalmente nas escolas, os avanços alcançados até hoje são importantíssimos, a lei 10.639/03 que visa reparar, reconhecer e valorizar a historia e a cultura Afro - Brasileira e Africana, é uma prova disso.

A escola é um dos campos onde as manifestações racistas e discriminatórias deveria ser amplamente combatidas. É preciso trabalhar a discussão da diversidade já na infância. Se a criança não for preparada desde cedo dificilmente romperá com os preconceitos, possivelmente presentes em seu meio, e, tenderá a repetir os padrões de discriminação que aprender. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo educador, independente do seu pertencimento étnico / racial, crença religiosa ou posição política. Em um país como o Brasil que ainda conserva uma herança escravocrata enorme, as desigualdades enraizadas pelas políticas econômicas e públicas, principalmente na área social, revestem-se de uma importância que não podem ser desconsideradas.

Dentro destes princípios, algumas reflexões parecem necessárias quando se tenta compreender a trajetória das políticas públicas no Brasil, na promoção da equidade social e a superação dos desequilíbrios e a garantia de direitos fundamentais e cidadania.

O Brasil, a partir da sua história de colonização, nunca obteve uma identidade autêntica. Há uma pluralidade de identidades construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos. Nesse sentido é com certeza um desafio desenvolver, na escola, novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das múltiplas identidades que integram a identidade do povo brasileiro. Mesmo existindo estas dificuldades pode-se perceber nas escolas algumas mudanças básicas nos currículos e nos relacionamentos escolares e em sala de aula. Percebe-se que desde a educação infantil aos cursos superiores, a educação, enquanto espaço de socialização, de instrução e de aquisição de conhecimentos, vem sendo cada vez mais democratizada e universalizada.

A educação das relações étnico / raciais tem por objetivo divulgar e produzir conhecimentos, atitudes, posturas e valores que enfatizem a pluralidade étnico / racial e capacitar as crianças para interagir no sentido de respeitar as diferenças e valorizar as identidades. Tendo em vista população brasileira e sua evidente pluralidade, não se pode mais permitir que tantas crianças e jovens neguem sua identidade porque não conhecem sua história. A escola brasileira precisa conhecer e vivenciar a diversidade de seus alunos, e, principalmente, permitir que a escola seja um instrumento de alfabetização além de instrumento de crescimento cultural e descoberta de experiências étnicas / raciais.

O fato è que o preconceito racial e a discriminação se proliferam nas

escolas, através de mecanismos ou funcionamento do ritual pedagógico entendido como a materialização da prática pedagógica, excluindo dos livros didáticos as histórias de luta dos negros na sociedade brasileira, utilizando - se, em sua maioria, de dados negativos como negros sendo açoitados, negros sendo comercializados, passagens superficiais sobre quilombos etc. Dados sobre religião, as revoltas, comidas típicas etc., não são citados com a devida importância.

Os problemas e deficiências podem ser vistos ainda nas questões curriculares. As escolas adotam currículos que encobrem e/ou mascaram os principais objetivos do ensino e aprendizagem. O currículo adotado é invisível, ele promove a transmissão de valores, de princípios de conduta e das normas de convívio, dos padrões sócio-culturais inerentes à vida comunitária, no entanto o faz de maneira informal e não explícita permitindo sempre uma afirmação positiva da identidade de um determinado grupo social em detrimento de outro. (SILVA, 2001) <sup>8</sup>

As crianças reproduzem e recriam, por intermédio de suas experiências cotidianas na vida familiar e nas celebrações grupais, os valores que são passados de geração em geração. A educação brasileira diante disso tudo precisa, no contexto das salas de aula, partir da idéia de que o aluno é um ser social dotado de uma cultura que o define. Para tanto é preciso reconhecer a importância da afirmação da identidade, levando em consideração os valores culturais dos alunos e respeitando a história de seu grupo étnico/social.

Em relação à literatura infanto-juvenil, podemos dizer que as imagens ilustradas também constroem enredos e cristalizam percepções. Sendo assim, é importante perceber como os negros são representados nas histórias infantis. Geralmente, quando personagens negros entram nas histórias, aparecem vinculados à escravidão. O problema não está em contar histórias de escravos mas sim na abordagem do tema que, na maioria das vezes, faz com que crianças negras se sintam constrangidas.

Devesse trabalhar na perspectiva de construir uma identidade negra positiva e somente através de uma releitura dos elementos que compõem as culturas negras no Brasil é que poderemos tentar um meio de aprofundamento pedagógico que nos encaminhe para uma pedagogia genuinamente brasileira, capaz de resgatar para

---

<sup>8</sup>Tomaz Tadeu e Silva, Documento de Identidade, ano 2001

todos os brasileiros uma cultura nossa, considerada até agora marginal, mas que responde pela identidade cultural do país, estando presente em todos os setores da sociedade.

Neste sentido devemos destacar a necessidade de se formar educadores preparados para lidar com a diversidade cultural em sala de aula, de se rever materiais didáticos que contenham mensagens depreciativas, mas acima de tudo, viabilizar a utilização de novos currículos, novas abordagens e preparar os docentes para criticar o currículo e suas práticas.

Não se trata de educar todos como iguais mas sim educar na diferença, ressaltando as especificidades. Não se trata apenas de respeitar a consciência negra mas de resgatar as demais etnias de uma educação envenenada pelos preconceitos. As memórias que vieram da África e que hoje se encontram intimamente entrelaçadas em várias dimensões do simbolismo brasileiro pertencem a todos sejam brancos ou negros.

## **Breve histórico do negro no livro didático**

Dedico este capítulo para falar sobre a história do livro didático por sua importância dentro do cotidiano escolar e formação de opinião.

O livro didático retrata de muitas formas a imagem do negro. Essas formas são apresentadas tanto através dos textos não / verbais quanto da linguagem verbal escrita. O grupo negro, na maioria das vezes, está representado como um problema social, sem vínculos afetivos, abandonados, esmolados ou praticando furtos. Todas essas representações têm um reflexo na identidade de uma criança:

a identidade da criança está, continuamente, em construção, podendo ser afetada por nosso meio social, ou seja, é formada ao longo do tempo e não algo inato, existente na consciência desde o momento do nascimento. Assim ela permanece sempre incompleta, está sempre sendo formada, numa interação entre o eu e a sociedade e modificada num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem." (Wattier, ano 2007, p. 3).

O livro didático, bem como outros textos não-verbais, promovem um processo de invisibilidade do negro e uma disparidade na representação do branco e do negro. Essa invisibilidade faz com que o negro não se reconheça; faz com que se



construa em torno dos sujeitos negros um “que” de inexistência e de folclorismo.

A percepção dos alunos sofre influência do livro didático, que se reflete na construção do imaginário sócio / racial do aluno. Um exemplo bem realista disso é numa atividade de educação artística. Se nos livros existissem negros representados de forma bonita e bem cuidados, as crianças iriam querer retratá-los em seus desenhos, mas como eles só veem o negro representado de forma depreciativa, claro que eles não vão querer redesenhá-los. Acabam fazendo desenhos de brancos pois são os que aparecem mais bem apessoados nos livros didáticos.

O livro didático durante muito tempo ajudou a reproduzir preconceitos que através de estereótipos ajudam a disseminar a discriminação. Por isso, muitos dos conceitos tratados no capítulo anterior podem tomar aspectos diferentes quando retratados de forma a favorecer a discriminação racial. Este fato pode passar despercebido pelo professor, materializando-se através do silêncio ou até mesmo da negação da problemática racial dentro do cotidiano escolar.

O livro didático (LD) não pode ser compreendido isoladamente, fora do contexto escolar e social. É um produto cultural - com suas especificidades, é claro - e, portanto, conformado segundo a lógica da escola e da sociedade onde está inserido. Numa sociedade de classes, capitalista, como a brasileira, o livro didático não poderia fugir à lógica que a rege. Uma sociedade em que as classes economicamente privilegiadas procuram, não só garantir e ampliar a acumulação de capital, como também veicular as visões que lhes interessam e neutralizar possíveis oposições.

O livro didático tem, assim, tanto uma dimensão econômica quanto político / ideológica. A sua dimensão econômica pode ser definida pelo fato de que responde por cerca da metade do mercado editorial brasileiro. O seu aspecto político / ideológico define-se por conteúdos que, em várias disciplinas, veiculam uma visão de mundo favorável às classes economicamente privilegiadas. Se de um lado a presença de livros em casa é sinal de status para classes economicamente favorecidas, por outro lado é um sacrifício para as classes subalternas. O crescente achatamento dos salários e a política do desemprego acabam por transformar o livro em um luxo ou em algo inacessível. A única exceção é feita ao livro didático já que se configura como indispensável para permanência na escola e para prosseguimento dos estudos, sendo ainda, em muitos casos, a única fonte de leitura

existente nas casas dos alunos de classes menos favorecidas.

É importante considerar que os livros didáticos podem funcionar como instrumento de reprodução ideológica, mas também como veículos que possibilitem ao aluno o desenvolvimento de habilidades voltadas para a conscientização, reflexão e questionamento dos problemas da realidade social.

Um discurso real que desvende as contradições sociais pode ser considerado como um primeiro passo para a conscientização dos alunos, visando a orientação de uma prática social transformadora, tendo nos livros didáticos, sejam eles quais forem – de Geografia, Estudos Sociais ou de História - a não neutralidade e transmissão de valores, crenças, enfim, uma visão de mundo que fomente esta prática.

A proposta de regulamentação para a produção e a distribuição de livros didáticos nas escolas surge na década de 30, época em que se buscou desenvolver no Brasil uma política educacional consciente, progressista, com pretensões democráticas e aspirando a um embasamento científico. Foi nessa época que se consagrou o termo 'livro didático' entendido até os dias de hoje como sendo, basicamente, o livro adotado na escola, destinado ao ensino, cuja proposta deve obedecer aos programas curriculares .

A definição desse termo se deu pela primeira vez no Decreto-Lei nº 1.006 de 30 de dezembro de 1938 – artigo 2. Com o intento de regulamentar uma política nacional do livro didático. Esse mesmo decreto criou a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) marcando, assim, a primeira iniciativa governamental nessa área de política educacional. Cabia a tal comissão, dentre outras responsabilidades, examinar, avaliar e julgar os livros didáticos, concedendo ou não autorização para o seu uso nas escolas.

A CNLD foi criada no período do Estado Novo, isto é, em um momento político autoritário, bastante marcante e polêmico que buscava garantir, sobretudo, a Unidade/Identidade Nacional. Era tarefa daquela comissão controlar a adoção dos livros assegurando que eles atendessem aos propósitos de formação de um certo espírito de nacionalidade, o que fez com que os critérios para as avaliações dos livros valorizassem muito mais aspectos político / ideológicos do que pedagógicos.

A legitimidade dessa comissão foi bastante questionada e a sua implementação esbarrou em uma série de questões que inviabilizaram o cumprimento de suas propostas. Na verdade o projeto não conseguiu êxito em

função da inoperância e da ineficiência de todo um processo que vislumbrou sucessivos impasses e frustrações decorrentes da centralização do poder, do risco da censura, das acusações de especulação comercial e de manipulação política relacionadas ao livro didático. Contudo, em 1945 o Decreto-lei 8.460 consolidou a legislação 1.006/38 e dispôs sobre a organização e o funcionamento da CNLD. Isso significa que, apesar dos sérios problemas detectados na sua operacionalização, a comissão foi ampliada e se manteve com plenos poderes.

Já durante os anos sessenta, sob o regime militar, estabeleceu - se pelo acordo MEC/USAID (entre o governo brasileiro e o americano), a criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) mudando, em muitos sentidos, a orientação da política do livro didático no Brasil. Este acordo incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Os acordos MEC/USAID tinham o objetivo de implantar o modelo norte americano no sistema educacional brasileiro. A discordância com os acordos MEC/USAID se tornaria na época a principal reivindicação do movimento estudantil, cujas organizações foram em seguida colocadas na clandestinidade. Alguns setores acreditavam que o convênio com os Estados Unidos levaria à privatização do ensino no Brasil.

Entretanto, críticos da educação brasileira denunciaram que por trás da *ajuda* da USAID havia um controle americano das escolas brasileiras e, obviamente, dos livros didáticos que sofriam, por assim dizer, um controle rígido de conteúdo. Em síntese, podemos dizer que o trabalho desenvolvido pela COLTED apresentou resultados desastrosos, culminando em uma Comissão de Inquérito encarregada de apurar irregularidades advindas de falcatruas que envolviam o mercado livreiro, especialmente o de livro didático. A COLTED foi extinta em 1971.

Com a extinção da COLTED, a responsabilidade de desenvolver o Programa Nacional do Livro Didático ficou delegada ao Instituto Nacional do Livro (INL), criado pelo Decreto-lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937. A esse programa cabia definir diretrizes para formulação de programa editorial e planos de ação do MEC e autorizar a celebração de contratos, convênios e ajustes com entidades públicas e particulares e com autores, tradutores e editores, gráficos, distribuidores e livreiros.

Em 1976 a política do livro didático sofre nova redefinição. O Decreto-lei nº 77.107 transferiu para a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) a

responsabilidade do Programa do Livro Didático. Sobre as competências da FENAME, a partir de então, ela deveria definir as diretrizes para a produção de material escolar e didático e assegurar sua distribuição em todo território nacional; formular programa editorial; cooperar com instituições educacionais, científicas e culturais e públicas e privadas na execução de objetivos comuns.

No início da década de oitenta do século anterior o governo decidiu passar para a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) a incumbência de gerenciar, dentre outros, o PLIDEF (Programa do Livro Didático – ensino fundamental). Tal medida resultou em problemas como dificuldades de distribuição do livro dentro dos prazos previstos, *lobbies* das empresas e editoras junto aos órgãos estatais responsáveis, autoritarismo implícito na tomada de decisões pelos responsáveis no governo.

Por conta de toda a inoperância do sistema educacional, o aumento impressionante de livros descartáveis produzidos no Brasil não se fez acompanhar, infelizmente, pela qualidade, já que muitos livros de má (ou péssima) qualidade foram enviados para as escolas, tornando evidente o descaso e a falta de rigor com que foram elaborados e avaliados. Esse problema se torna especialmente grave quando atentamos para o fato de que, para muitos alunos, o livro didático é o único livro com o qual eles têm contato.

Em 2004, no Brasil, as políticas para o livro didático são representadas pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Este programa foi criado pelo decreto nº 91.542, de 1985, estabelecendo algumas alterações substanciais em relação ao programa de livro didático anterior, principalmente nos seguintes pontos:

a) o término da compra do livro didático *descartável*, ou seja, o governo não compraria mais livros que contivessem exercícios para serem feitos no próprio livro para possibilitar a sua reutilização por outros alunos em anos posteriores. Sendo assim, o governo passou a comprar somente livros *não / consumíveis*;

b) a escolha do livro didático passou a ser feita diretamente pelo professor;

c) A distribuição gratuita às escolas públicas e sua aquisição com recursos do governo federal;

d) A universalização do atendimento do programa para os alunos de todas as séries do atual ensino fundamental (1º a 8º séries).

Apesar de as principais diretrizes estabelecidas em 1985 terem se mantido, significativas mudanças foram introduzidas no PNLD em 1996 e permanecem até os

dias atuais.

Considerando tudo isto vemos que o ambiente escolar é também onde a construção do conhecimento da criança se dá. Nesse sentido a preocupação para promover a igualdade deve também partir da escola.

Como em muitos casos o livro didático é a única forma de leitura que os alunos possuem e a lei 10639/03 tem a disciplina de História como uma das matérias principais na reparação da história afro descendente, logo, o LD de História é um formador de opinião muito importante.

Pelo fato de vivermos em uma sociedade de classes capitalistas, como as brasileiras, o LD não poderia fugir à lógica que rege esta sociedade em que as classes dominantes procuram, não só garantir e ampliar a acumulação de capital (e o LD deve ser visto como uma atividade econômica que possibilita isso), como também veicular as visões que as interessam, ou seja, neutralizar possíveis oposições e manter a disparidade social.

## **O livro didático de História**

Dentre tantas outras disciplinas, a História é a disciplina que concentra grandes possibilidades de contribuir para o desenvolvimento da consciência do aluno.

É ela, igualmente, que possibilita ao homem a oportunidade de apropriar – se de seu passado e usá – lo como recurso para criar o seu futuro.

Em nível individual este processo é facilmente compreensível. O homem, continuamente, utiliza dados de sua experiência vivida, de sua história, apropria - se de *passado*, para atribuir significado a seu presente e delinear perspectivas para seu *futuro*. Porém, em termos históricos, isso nem sempre fica claro para o aluno. Dificilmente o aluno percebe – se historicamente situado e identifica – se como “sujeito histórico”. Em geral, a História significa apenas o estudo do passado, construído pelos personagens históricos de seu país, os quais o aluno imagina nada ter a ver com eles. São necessários de se conhecer para passar nos exames, sendo então, importante e necessário que o aluno compreenda que assim como o *passado* foi diferente do *presente*, o *futuro* também pode vir a ser.

Na perspectiva do ensino da História o livro didático de História tem cumprido a função de veicular a ideologia das classes dominantes e possibilitar a reprodução da ordem burguesa. Muitos deles veiculam um conteúdo “factual”, fragmentado, em que inexistente a idéia de processo, estrutura e temporalidades que não sejam a curta, episódica. Neste sentido, podem ser vistos como um instrumento de degradação do ensino de História (não vilão).

A História é relativa, provisória e está sempre em construção. Não há verdades absolutas em História. Em outras palavras, o professor e os alunos, em vez de serem guiados e usados pelo livro didático, poderão, num processo de construção coletiva do conhecimento, usar tais livros, transformando-se, assim, em sujeitos da História (dimensão política que deve ser desenvolvida no ensino da História) e sujeitos do conhecimento (dimensão epistemológica).

Entretanto, não devemos pensar que numa escola ideal, como sumariada acima (bons e amplos recursos didáticos, boa formação teórica dos professores, salários decentes, alunos em boas condições de estudo), os problemas mais graves do livro didático seriam resolvidos. O conhecimento pronto, fragmentado, neutro, sem uma perspectiva de totalidade, temporalidades curtas, episódicas, narrativas lineares, a construção de heróis, a difusão da visão de mundo das classes dominantes, a negação ou depreciação das classes populares, o racismo, o machismo, o individualismo, o nacionalismo, a justificação da desigualdade social, não são particularidades do livro didático. Ao contrário, são elementos difundidos pelos vários meios de que dispõem as classes dominantes e configuram um ensino de História que, fora dos muros da escola, nela adentram poderosamente. Assim, os problemas que o livro didático apresentam não serão resolvidos plenamente com escolas “ideais” ou com livros didáticos que solucionem estes problemas, uma vez que a escola, o livro e o professor fazem parte de uma sociedade de classes, cuja lógica maior é a constituição do indivíduo passivo, obediente, dócil, que encare a realidade atual como o “fim da História”, um indivíduo que não se veja como sujeito do conhecimento e da história, que seja expectador da história, que não perceba a história em sua totalidade e temporalidades múltiplas.

Obviamente, o fato de as classes dominantes quererem que a realidade e sua representação sejam conforme esboçado acima não significa que na prática tal aconteça. Vivemos numa sociedade de classes, o que significa que a história é feita, não pelas classes dominantes apenas, mas sim pelo embate material e ideológico

que elas travam com as classes dominadas. Esta contradição permitirá que a realidade do ensino e, portanto, do livro didático não seja mero espelho dos interesses e visões das classes dominantes.

## **Estado do Rio de Janeiro sua gente e sua História de Heloisa Menandro**

Com base no que foi dito anteriormente a base do nosso trabalho é analisar o livro didático, com a finalidade de observar e relatar a presença do segmento social negro e a maneira pela qual vem sendo apresentado, escolheu - se os livros: Estado do Rio de Janeiro Sua Gente e Sua História da autora Heloisa Menandro publicado pela Editora do Brasil, São Paulo, cuja 1ª Edição é de 2008. O outro livro analisado foi o Fazer & Aprender História, dos autores Selva Guimarães Fonseca e Cristiano Biazzo Simon publicado pela Editora Dimensão de Belo Horizonte em 2008. Para análise foram tomadas como instrumentos as informações textuais e as ilustrações envolvendo os negros sobre os seguintes aspectos: a) Origem; b) Resistência negra e c) O papel do negro na sociedade.

O que pode ser observado foi:

a) Quanto à origem: a maioria dos livros costuma trabalhar a origem dos negros a partir da colonização. Será analisado como a autora trabalha esta origem e sua organização no país onde nasceram.

b) Quanto à resistência dos negros: Pelo fato de na maioria das vezes os livros didáticos tratarem a resistência negra a partir do quilombo dos Palmares, será analisado como o livro trabalha esta questão da luta dos negros.

c) Papel do negro na sociedade: o negro por mais de três séculos foi tratado como o ponto produtivo da economia brasileira, porém somente no sentido da mão / de / obra escrava, não sendo levada em consideração as outras várias contribuições da população negra. Com isso serão analisadas também as contribuições sociais, políticas, culturais desde o tempo da escravidão.

O objetivo desta análise é a imagem do negro no livro didático e por este motivo me deterei na análise das situações históricas ou esporádicas onde haja esta imagem.

O livro é literalmente regionalista, se além ao Rio de Janeiro, possui cinco

unidades subdivididas em capítulos variando de um a quatro capítulos e cada unidade começa com uma linha do tempo demonstrando a proposta do capítulo.

Na primeira unidade existe uma representação muito interessante que é de um negro que veio da Bahia para estudar medicina e se formou. Hoje, de acordo com o próprio texto contido no livro, ele só volta para sua terra de origem para visitar. Este capítulo se atém a falar do Estado do Rio de Janeiro e seus moradores e visitantes.

Após a análise anterior passemos para a unidade 3, "A capitania da colônia", que vai nos trazer toda situação passada pelos negros. Este é o capítulo que mais trata dos negros no livro.

O livro não foge à regra no sentido de começar a história do negro a partir da colonização e de abordar o aspecto econômico em detrimento do sócio / cultural. Isto fica evidente quando vemos que a parte destinada ao negro no livro só possui três páginas de textos e duas de exercício.

O capítulo começa com o título "Produção de açúcar" e a parte destinada aos negros tem o título "Os escravos: quem eram, de onde vinham?". Existe um mapa mostrando o Brasil e a África com a rota marítima do tráfico negreiro onde os milhares de negros foram trazidos do continente africano para o Rio de Janeiro.

Nesta parte foi apresentado de forma superficial informações sobre de que países da África vieram a maioria dos negros. Há um pequeno texto que relata sobre a escravidão existente na África e a diferença existente da exercida no Brasil. Em nenhum momento são mencionadas as contribuições culturais como a música, dança, religião, alimentação.

A unidade seguinte tem como título "A província do império". A linha do tempo desta unidade começa em 1801 e o negro desaparece e em seu lugar, como sinônimo, foi atribuído o termo escravo. Escravo da lavoura, escravo doméstico, escravos especializados etc., ou seja, ser negro é naturalmente a ser escravo.

No aspecto relativo a resistências negras existem dois pequenos textos informativos sobre os quilombos<sup>9</sup>, sem nenhum aprofundamento sobre a questão, duas linhas que apresentam outras formas de resistência como agressões,

---

<sup>9</sup> Local onde viveram os escravos fugidos que se refugiavam com outros em igual situação, essas regiões eram bem escondidas e fortificadas no meio das matas. Nelas viviam de acordo com sua cultura africana, plantando e produzindo em comunidade. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/> acesso em 06 de julho de 2010.



assassinatos, envenenamentos, ataques ao feitor, fugas ou mesmo suicídios, mencionando ainda o jongo e a umbanda.

O capítulo quatro, na mesma unidade, inicia-se com fotos de escravos trabalhando, bancas de mercadorias e carregadores de café e somente algumas paginas depois fala-se sobre a abolição. Possui um texto resumido falando a data da abolição, alguns intelectuais e escritores que defendiam a liberdade dos escravos, sendo todas estas questões tratadas como algo superficial e um acontecimento sem muita importância.

De uma forma simplista, no tópico intitulado, "*Mudança do final do século*", esta descrito em cinco linhas, uma situação de escravidão de cinco séculos e que se permanece até hoje dizendo que os ex – escravos foram lançados à sociedade sem nenhuma preparação. Não há aprofundamento sobre o assunto no sentido de explicar o porque do direcionamento do negros para cortiços e para morros, ou seja, mesmo sendo uma abordagem diretamente do Estado do Rio, não se aborda o movimento de urbanização e higienização, onde há um número considerável de negros que no processo de urbanização são levados para moradias e regiões periféricas da cidade.

## **Fazer & Aprender História de Selva Guimarães Fonseca, Cristiano Biazso Simon**

Como na análise do livro anterior irei me ater a analisar situações pontuais de aparição dos negros no livro no em geral, são aparições bem específicas como em datas especiais ou em momentos soltos.

A primeira imagem do legado negro aparece antes do sumário com a apresentação do livro que é bem amplo no sentido de análise da história do Brasil e não apenas do Rio de Janeiro como o livro anterior.

Na primeira imagem de um negro no livro contém duas crianças no espaço com alguns livros voando soltos no universo e uma criança negra tentando pegar os mesmos. A imagem simples que mostra crianças em busca de conhecimento, mas não especificamente crianças negras buscando o mesmo.

O livro é dividido em quatro unidades, que são subdivididas em dois tópicos cada. O livro é contado de uma forma bem superficial para salientar todos os dados

"relevantes" em relação a história do Brasil.

A primeira unidade, denominada "Tempo e diversidade da História", se atém ao tempo cronológico, nesta cronologia pontuam - se as suas várias evoluções, tecnologias, festas típicas etc.

Esta unidade possui cinco imagens e passagens sobre o negro, a foto do zumbi numa delas, uma criança no computador, uma senhora negra e outras duas imagens que merecem melhor destaque. Possuem a mistura das raças e a luta contra o preconceito com as cores pardas, pretas e brancas com as mãos dadas. Possuem ainda dicas contra o preconceito, fomentando o debate sobre as situações provocadas pela diferença não somente de cor de pele como também de personalidade, etnia, etc.

A unidade dois, intitulados "Confrontos e encontros das diferenças", possui uma passagem superficial e pontual sobre a questão da escravidão de negros trabalhando. O título dado neste momento do livro inclui o termo confronto, então, porque não dizer da luta dos escravos neste período da escravidão? Ao invés disso mostra a imagem das formas de produção existentes na época e os negros são as forças propulsoras deste trabalho, bem reatados pelos pintores da época.

A importância dada ao povo negro aparece na terceira unidade intitulada "Modo de viver e trabalhar" em que o primeiro capítulo tem o título de "Trabalho, vida e resistência dos escravos". O que se pode compreender deste título é que os escravos só trabalhavam e resistiam às injustiças, isso como um primeiro contato da história afro - brasileira, e, uma das primeiras imagens do capítulo é o desenho de um escravo correndo e uma outra é carregando uma saca nas costas, ou seja, pode - se entender que um o negro está fugindo e o outro trabalhando.

Prosseguindo na análise, é mostrado um mapa da rota do tráfico negreiro e textos informativos sobre as etnias trazidas para o Brasil, suas culturas, línguas e manias, diferentes umas das outras

Como em todos os momentos do livro os escravos são associados imediatamente aos negros e estão sempre colocados em posições degradantes. As páginas 76, 77 e 78 possuem um longo texto explicando como era feito o tráfico internacional; explica a forma de captura, de alimentação, como eram negociados etc.

Nas páginas posteriores os dados sobre a escravidão permanecem.

Castro Alves, conhecido como poeta dos escravos, ganhou no livro dois

parágrafos e um poema. Um autor importantíssimo da literatura brasileira deveria ser bastante explorado no livro e não reduzido a dois parágrafos e apenas um poema.

André João Antonil que é pseudônimo de João Antônio Andreoni foi o jesuíta italiano que também falava da situação dos escravos na colônia.

Concluindo, os termos tráfico, escravidão, revoltas, resistências, quilombos abolição são recorrentes na maioria dos livros, tanto em imagens como na escrita. Não há aprofundamento algum que demonstre as qualidades dos negros.

Os movimentos sociais que inclui os movimentos afros são pontuados em páginas à frente e somente, portanto, o que pode se constatar é que mesmo mudando de um livro para outro, de uma editora para outra o mais relevante é a rota do tráfico, a escravidão, as etnias trazidas e não se dá importância a outros aspectos como as formas de resistência presente na religião, nas comidas típicas, nas danças e nas músicas.

## CONCLUSÃO

“O certo se torna ‘verdadeiro’ na consciência da criança. Mas a consciência da criança não é algo ‘individual’(e muito menos individualizado), é o reflexo da fração da sociedade civil da qual participa, das relações sociais tais como elas se concentram na família, na vizinhança, na aldeia etc. A consciência individual da esmagadora maioria das crianças reflete relações civis e culturais diversas e antagônicas às que são refletidas pelos programas escolares: o ‘certo’ de uma cultura evoluída torna-se ‘verdadeiro’ nos quadros de uma cultura fossilizada e anacrônica, não existe unidade entre escola e vida e, por isso, não existe unidade entre instrução e educação” (GRAMSCI, apud 1968, Faria Ana Lucia G. de, Ano1984, p. 75 )<sup>10</sup>.

O indivíduo é formado pela interação de diversos mecanismos da sociedade dentre a família, a igreja, a sua rua, o ciclo de amizade etc., e a escola é uma delas, e dentre tantos materiais pedagógicos que existem, o livro didático é um grande formador de opinião e Gramsci na passagem quer dizer que o errado se torna certo dependendo da forma e do momento da vida do indivíduo que se é transmitida tal ideologia e o negro no livro didático é retratado de diversas formas, sejam elas

---

<sup>10</sup> GRAMSCI, A. (1968). Os intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira

verbais ou não-verbais, mais, na esmagadora maioria das vezes ele é representado de forma depreciativa, como um problema social e sem vínculos afetivos. (Faria, 1984)

A escola como um todo é um lugar que forma opiniões e essa escola é uma escola repleta de crueldade, uma crueldade com a diversidade que não é respeitada, onde há difusão de preconceitos e práticas racistas.

Vendo a impossibilidade de se admitir esse tipo de postura dentro do ambiente escolar, nada mais correto do que iniciarem - se mudanças no que diz respeito a práticas discriminatórias pelo instrumento mais usado pelos professores: o livro didático. Esse livro deveria contribuir positivamente no que diz respeito ao estímulo da cidadania, produzindo efeitos contra qualquer tipo de discriminação e preconceitos no contexto escolar ou fora dele. No entanto, o livro acaba por omitir todo o processo histórico-cultural, seja do negro, do índio, da mulher etc., e, em relação ao negro chega a ser pior no sentido de total ausência, e, em sua rara aparição, sempre de forma caricata e estereotipada, fazendo com que as pessoas pertencentes a esse grupo tenham uma baixa auto-estima e sofram com essas influências negativas.

Essa cidadania que tanto falamos é algo que está ligado ao respeito mútuo e deve fazer parte do convívio escolar, apesar das diferenças existentes entre cada um. E quando o livro didático falha nessa questão está contribuindo para a formação de alunos que não respeitam as diferenças existentes entre os colegas.

O ambiente escolar é um local que exerce muita influência sobre as crianças, podendo afetar a sua formação de identidade. Outro ponto a destacar é que a identidade da criança está continuamente em construção, ela é formada com o decorrer do tempo, não algo inato, assim ela permanece sempre incompleta, podendo ser transformada e afetada a qualquer momento, num diálogo entre os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.

O ensino da história dos africanos no Brasil, em todos os seus aspectos, deveria ser feito segundo uma visão crítica e reflexiva que considere todos os aspectos relativos a relações sociais, espaço e tempo. Esse ensino passou por muitas atualizações nas últimas décadas. A influência dos PCNs demonstra a tentativa de mudança na organização do ensino. Dentro dessas mudanças, novos temas ganharam importância, tais como, a necessidade de se trabalhar com a diversidade, a realidade nacional e local, a interdisciplinaridade entre outros.

O livro didático é uma das ferramentas dos professores, por vezes o mais usado, e única fonte de leitura de muitos alunos, por isso eles devem passar sempre por revisões.

Embora encontremos nos livros didáticos referências positivas relacionadas ao negro, a maioria esmagadora das informações e ilustrações nos mostrou que ainda temos muito que mudar.

O livro ainda continua negando a importância do negro dentro da nossa sociedade em muitos aspectos. O princípio constitucional da cidadania, os PCNs, a solidariedade visada pela LDB não vem sendo levada em consideração. Os negros continuam sendo colocados em situações de subalternidade, em ideologias racistas e estereótipos que ajudam a disseminar o preconceito.

Vejo o professor em seu fazer pedagógico, além do livro didático, como uma ferramenta de mudança no que diz respeito a essa nulidade do negro. Tendo como proposta um movimento de percepção, onde devemos nos manifestar e não ocultar o problema. Uma reeducação do olhar e uma maior sensibilidade no ver, no sentir, no falar e no interpretar esse mundo tão diverso e múltiplo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FARIA, Ana Lúcia G. de. Ideologia no livro didático: São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.
- BARBOSA, Maria Laura Puglisi. Livro didático de história no Brasil. São Paulo: Global, 1982
- WITZEL, Denise Gabriel. IDENTIDADE E LIVRO DIDÁTICO: Movimentos identitários do professor de Língua Portuguesa. Ed. Maringá, 2002
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Mercado de Livro Didático no Brasil. I Seminário Brasileiro sobre o Livro e História Editorial. 8 a 11 de novembro de 2004, Casa de Rui Barbosa, RJ.
- DAVIES, Nicholas. LIVRO DIDÁTICO: APOIO AO PROFESSOR OU VILÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA? Disponível em [www.uff.br/facedu/departamentos/docspolitica.../livro didatico.doc](http://www.uff.br/facedu/departamentos/docspolitica.../livro_didatico.doc) . Acesso em 20 de novembro de 2009.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In. BRANDÃO, Andre Augusto (org.) Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. – Niterói: EdUFF, 2000.
- COSTA, Cândida Soares da. Percepções de alunos e professores sobre a discriminação racial no livro didático. ANPED, 28ª Reunião em 2008, Acesso em novembro de 2009
- WATTHIER, Luciane. A discriminação racial presente em livros didáticos e sua influência na formação da identidade dos alunos. Editora. Ano 2002.
- MORAES, Kelly da Silva. A lei 10639/2003 e seus reflexos nos materiais didáticos: Uma análise sobre o negro na história do Brasil. Editora FAPA. Ano 2008
- D'ADESKY, Jacques; Pluralismo étnico e multiculturalismo, racismo e anti – racismo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro - Brasileira e Africana, CNE / CP 3/2004, aprovado em 10/3/2004
- SILVA, Tomaz Tadeu da Documentos de Identidade. Ed. Belo Horizonte, Autêntica. 2001
- Ministério da Cultura: Fundação Cultura Palmares: <http://www.palmares.gov.br/> acesso em 06 de julho de 2010.
- Estado do Rio de Janeiro Sua Gente e Sua História: Heloisa Menandro: São Paulo: Editora do Brasil, 1º Edição, 2008.

Fazer & Aprender História: Selva Guimarães Fonseca e Cristiano Biazso Simon:  
Belo Horizonte: Editora Dimensão, 2008.